

## O FENÔMENO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA COMO UM DOS INDUTORES DA EXPANSÃO URBANA DAS METRÓPOLES NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O RIO DE JANEIRO

*THE PHENOMENON OF SECOND RESIDENCE AS ONE OF THE INDUCTORS OF THE URBAN EXPANSION OF THE METROPOLIS IN THE CONTEXT OF GLOBALIZATION: AN ANALYSIS ABOUT RIO DE JANEIRO*

*EL FENÓMENO DE LA SEGUNDA RESIDENCIA COMO UNO DE LOS INDUCTORES DE LA EXPANSIÓN URBANA DE METRÓPOLIS EN EL CONTEXTO DE GLOBALIZACIÓN: UN ANÁLISIS DE RÍO DE JANEIRO*

### RESUMO

Este artigo procura analisar o fenômeno de segunda residência como um dos indutores da expansão da urbanização em área periférica da metrópole. Para entender esse processo foi necessária uma análise dos modelos e processos clássicos desse fenômeno e sua adequação ao mundo globalizado, e como se aplicam na expansão urbana. O artigo apresenta-se estruturado em três partes: A primeira aborda algumas considerações conceituais sobre a segunda residência como fator de expansão urbana da metrópole. A segunda parte analisa os modelos e processos clássicos de segunda residência no espaço geográfico e por último como esse fenômeno se desenvolve no território fluminense. As reflexões suscitadas por este artigo apontaram que o espaço geográfico metropolitano sofreu alterações socioeconômicas que culminou na expansão da urbanização de diversas metrópoles no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Segunda residência; expansão urbana; globalização; turismo; Rio de Janeiro.

### ABSTRACT

This article tries to analyze the phenomenon of second residence as one of the inducers of the expansion of the urbanization in peripheral area of the metropolis. It will approach classic models and processes of this phenomenon and its adaptation to the globalized world. The article is structured in parts. The first will address some conceptual considerations about the second residence as a factor of urban expansion of the metropolis. The second part analyzes the classic models and processes of second residence in the geographical space. The reflections raised by this article pointed out that the metropolitan geographic space underwent socioeconomic changes that culminated the expansion of the urbanization of several metropolis in Brazil and in the world.

**Keywords:** Second residence; urban expansion; globalization; tourism; Rio de Janeiro.

### RESUMEN

Este artículo busca analizar el fenómeno de las segundas residencias como uno de los motores de la expansión de la urbanización en una zona periférica de la metrópoli. Para comprender este proceso, fue necesario analizar los modelos y procesos clásicos de este fenómeno y su adaptación al mundo globalizado, y cómo se aplican a la expansión urbana. El artículo se estructura en tres partes: La primera aborda algunas consideraciones conceptuales sobre la segunda vivienda como factor de expansión urbana en la metrópoli. La segunda parte analiza los modelos y procesos clásicos de segunda residencia en el espacio geográfico y, finalmente, cómo se desarrolla este fenómeno en el estado de Río de Janeiro. Las reflexiones suscitadas por este artículo señalaron que el espacio geográfico metropolitano experimentó cambios socioeconómicos que culminaron en la expansión de la urbanización en varias metrópolis de Brasil y del mundo.

**Palabras clave:** Segunda residencia; expansión urbana; globalización; turismo; Rio de Janeiro

 Antonio Carlos Lessa da Rocha<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**DOI:** 10.12957/geouerj.2021.39604

**Correspondência:**  
a.c.l.rocha@hotmail.com

**Recebido em:** 22 jan. 2019  
**Aceito em:** 14 mar.2021



## INTRODUÇÃO

No contexto atual da globalização, as metrópoles passaram por diversas modificações na sua dinâmica espacial. Uma dessas mudanças, das quais podemos nos referir, é em relação ao crescimento do espaço metropolitano.

Entre os fatores determinantes para observarmos esse fenômeno, podemos mencionar o processo de reestruturação produtiva, a desconcentração industrial, o aumento da especulação imobiliária, e por último, o surgimento de novas formas de ocupação em áreas rurais, dentro e fora do limite metropolitano.

Um dos elementos que contribuíram para esse processo de expansão metropolitana é o fenômeno de segunda residência, o qual pode ocorrer em áreas rurais, de serras e de praias. Os proprietários as adquirem como uma possibilidade de saída dos grandes centros urbanos, da rotina diária de trabalho, da violência urbana e de aproximação com a natureza. Após obter a segunda habitação, os proprietários acabam induzindo a entrada de infraestruturas urbanas nas localidades, eletrificação residencial, abastecimento de água, rede de telefonia e internet, entre outros, pois mesmo querendo sair momentaneamente do modo de vida da metrópole, essas pessoas não querem perder o conforto adquirido e conquistado nas suas primeiras residências (ROCHA, 2018).

Através da lógica da descoberta, este artigo possui a seguinte questão central: como a segunda residência pode ser dos indutores da expansão metropolitana? Para que essa questão possa ser respondida, alguns modelos de crescimento da segunda residência no espaço geográfico são analisados. Uma questão secundária também é levantada, como o referido fenômeno da metropolização pode ser observado no Rio de Janeiro através da expansão da segunda residência? Além de dados oficiais do IBGE, usaremos algumas referências importantes que buscam compreender a organização e contribuição das segundas habitações na metropolização do espaço, destaca-se: Tulik (1995); Assis (2003); Ambrózio (2005); Ribeiro e Coelho (2008); Gomes (2011); Limonad (2011); Fonseca e Lima (2012); Lobato (2015) e Corrêa (2016).

O artigo está estruturado em três partes: A primeira aborda breves considerações conceituais sobre a segunda residência e suas características. No segundo momento é feita uma análise sobre os três modelos clássicos de expansão da urbanização, a partir do fenômeno de segunda residência. A última parte do artigo aborda o comportamento do referido fenômeno no estado do Rio de Janeiro e como os modelos analisados se aplicam no território fluminense. O objetivo geral desta investigação consiste em compreender a contribuição do fenômeno de segunda residência dentro do contexto da expansão metropolitana do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XXI.



### Algumas considerações conceituais sobre a segunda residência

A metrópole no contexto da globalização contemporânea sofre com o processo de expansão, nela o turismo tem um importante papel nessa expansão da urbanização, levando infraestruturas urbanas a cidades que se tornam destinos turísticos. A atividade turística agrega valor ao espaço, o qual chamamos de turistificação e com isso o turismo acaba desenvolvendo uma série de demandas, como infraestrutura, capacitação e modernização (LOBATO, 2015).

Fica evidente que o turismo é uma das atividades econômicas que possui grande impacto na organização espacial. Uma das contribuições do turismo está na sua capacidade de desenvolver um processo de expansão urbana nas cidades que possuem algum potencial turístico (MASCARENHAS, 2004).

Existe uma diferença importante entre o usuário de segunda residência e o turista. O proprietário de segunda habitação deseja criar um vínculo com o lugar que ele escolheu para a sua residência de lazer, estabelecendo fortes laços familiares e de amizades. Esse vínculo com o lugar nos ajuda a complementar o entendimento dos motivos que levam as pessoas a comprarem uma segunda residência. O turista não procura estabelecer nenhum vínculo com o lugar, o principal objetivo dele é consumir a paisagem/espaço. Ele se estabelece em um lugar atraído pelas atividades turísticas oferecidas. “Os vínculos de segunda residência estabelecidos com os lugares são muito diferentes dos vínculos criados por quem frequenta hotéis ou pousadas” (CORRÊA, 2016, p. 302).

De acordo com Fonseca e Lima (2012), os vínculos podem ser estabelecidos através de laços afetivos e psicológicos com o lugar, sendo este o ponto mais importante na distinção entre turista e usuário de segunda residência. Outro vínculo é com a vizinhança, os usuários de segunda residência passam a se relacionar com moradores locais e outros moradores de domicílios de uso ocasional.

No Brasil, o referido fenômeno no qual uma pessoa compra uma casa “fora” do município onde reside, é relativamente novo, se compararmos com a Europa, local em que a aquisição de residências secundárias intensifica-se a partir do século XIX, como Ambrózio (2005) nos diz. De acordo com Becker (1995 *apud* GOMES 2011), o início do fenômeno de segunda residência no país acontece por volta dos anos 50 do século XX, dentro da realidade política e econômica nacional desenvolvimentista que o Brasil vivia.

A implementação da indústria automobilística, o fortalecimento do rodoviarismo como principal modal de transporte do país e o surgimento de uma classe média urbana nas grandes cidades fizeram a população brasileira adquirir novos valores socioculturais, como o turismo e lazer. O principal destino dos brasileiros passou a ser as áreas costeiras do país, e as cidades praianas que passaram a receber uma grande massa de turistas (GOMES, 2011).



Na Geografia brasileira, o estudo desse fenômeno está em crescimento, mas ainda pouco estudado. Durante as décadas de 1970 e 1980 alguns trabalhos foram desenvolvidos e recentemente tivemos os trabalhos de Tulik (1995) e Assis (2003) como principais referências sobre o tema, analisando os impactos socioespaciais da segunda habitação (GOMES, 2011).

A segunda residência, através dos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é denominada domicílio de uso ocasional, na qual a característica da segunda residência é de um uso de veraneio e turístico. O proprietário já possui uma primeira residência e utiliza a sua segunda moradia ocasionalmente, com férias, feriados e fins de semana.

Além da temporalidade que nos ajuda a definir esse fenômeno, outro ponto importante de acordo com Assis (2003) diz respeito à capacidade de possuir uma renda excedente, pois, além da primeira residência, é necessária uma quantia em dinheiro desde a compra até a manutenção do imóvel.

Portanto, segundo Assis (2003, p. 112),

primeiro, considera-se a segunda residência um alojamento turístico particular, ou seja, de propriedade privada. Esta questão da propriedade nos remete à característica básica da segunda residência – a renda como fator diferencial que define quem pode possuir, além do domicílio permanente (primeira residência) um outro destinado ao lazer de finais de semana e das temporadas de férias. A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular).

Outra importante contribuição é desenvolvida por Tulik (1995), que define a habitação secundária como uma residência turística particular utilizada temporariamente, nos momentos de lazer, férias, fins de semana e/ou feriados por pessoas que têm sua primeira residência permanente num outro lugar. As análises feitas por Assis (2003) e Tulik (1995) são complementares, pois ambos os autores identificam a segunda habitação como uma moradia temporária e destinada a usos e tempos específicos.

Embora as pessoas com maior renda sejam o principal segmento social que possui uma segunda habitação, as classes sociais que antes destas medidas não tinham condições financeiras para comprar outra residência, passaram a cogitar essa possibilidade através da ampliação do crédito e dos programas federais de incentivo à construção civil que aconteceram no final dos anos de 1990. (ASSIS, 2003).

Segundo Oliveira *et al* (2020), além de possibilitar a expansão de segunda residências, os programas de incentivos à construção civil que se tornaram um importante meio para o aumento da especulação imobiliária nas cidades. Os autores fizeram uma análise dos impactos causados pela urbanização turística em Cabo Frio, apontando a apropriação de locais públicos e expulsão de comunidades para a construção de condomínios voltados para atender a demanda de compradores que residiam fora do município em tela.



De modo geral, com a facilidade na compra de uma residência, surgiram maiores possibilidades de pessoas com maior e/ou de menor poder aquisitivo, adquirir um terreno ou comprar uma residência secundária. Esta modalidade de domicílio se tornou mais acessível e permitindo a ampliação do lazer, não estando restrito às classes de melhor poder aquisitivo (GOMES, 2011).

Este fenômeno que teve seu início no Brasil nos anos de 1950 está em processo de expansão pelo território nacional. Diversos fatores estão associados na busca por uma segunda residência como as condições sociais, econômicas e culturais. O brasileiro, aos poucos foi se familiarizando com o turismo, e o principal destino foram as áreas costeiras. A procura pelo turismo de praia é a maior, mas atualmente a busca por outros destinos também está em fase de crescimento, o turismo rural pode ser um exemplo, além da procura por áreas serranas e parques estaduais (GOMES, 2011).

Gomes (2011) aponta o crescimento da segunda residência expondo

o aumento das residências secundárias tem sido atribuído por diversos fatores de caráter social, econômico, cultural e sociopsicológico. As características físicas do território como clima ou tipo de ecossistema (existência ou não de praias, montanhas, lagos) possui (sic) importância na seleção dos locais preferidos para possuir uma residência secundária (p. 288).

Além desses fatores socioeconômicos e culturais, a procura por uma segunda habitação no Brasil também se ampliou por causa das melhorias nas condições de infraestrutura, tanto das cidades que passaram a receber esses turistas, como as rodovias, que vieram facilitar o deslocamento e a acessibilidade.

A melhoria das acessibilidades, o incremento das novas tecnologias da informação, das infraestruturas viárias, o aumento no número de automóveis particulares e a autonomia que este proporcionou, facilitou muito o deslocamento e por isso as pessoas ganharam mais mobilidade o que se traduziu numa maior facilidade para se chegar a locais periféricos (GOMES, 2011. p. 289).

Para analisar a segunda residência no contexto da expansão da metrópole para as suas áreas imediatas, é preciso considerar a qualidade dos meios de transportes disponíveis, para facilitação do deslocamento das pessoas, como foi mencionado. Ao tratar desse fenômeno no contexto do território fluminense, Ribeiro e Coelho (2008) levam em consideração os principais eixos de escoamento, com os locais que concentram a maior parte de segunda habitação.

Esse fenômeno, iniciado, ocorreu com certa intensidade, na primeira metade do século XX, em território fluminense, e abrange áreas serranas e litorâneas. Esse fenômeno estava cada vez mais relacionado à menor distância e/ou maior acessibilidade à metrópole, representada pela construção da ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), inaugurada em 1974, e ao asfaltamento e à duplicação de estradas de rodagem, como a BR-101, e da Rio-Teresópolis (RIBEIRO E COELHO, 2008, p. 306).

Esses eixos facilitam o escoamento de pessoas e mercadorias entre a região Metropolitana, Baixadas Litorâneas e Norte-Fluminense, sendo três regiões administrativas do estado que possuem forte potencial econômico e de atração de visitantes e/ou turistas (RIBEIRO E COELHO, 2008).



A região administrativa das Baixadas Litorâneas é “um dos vetores de maior incidência da segunda habitação” (RIBEIRO E COELHO, 2008, p. 308), principalmente os municípios de Cabo Frio e Armação dos Búzios. Outro vetor importante de segunda residência no Estado do Rio de Janeiro é a região serrana, marcada principalmente pelos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. Ambas as regiões nos últimos anos sofreram forte processo de especulação imobiliária, encarecendo o preço do terreno e passando por ressignificação nas atividades de lazer.

Sobre o aumento da especulação imobiliária e a expansão urbana, de acordo com Borges (2018), o auge desse processo acontece no período marcado pela ditadura militar no Brasil, a “marcha forçada” levava o país a um desenvolvimento a qualquer custo. Este avanço estaria marcado pela alta especulação imobiliária, em muitos espaços ligados ao turismo. Como foi o projeto Turis na Região da Costa Verde, promovendo uma privatização do espaço público, as praias, e a realização de grandes empreendimentos imobiliários de luxo, os *resorts*.

Ribeiro e Coelho (2008), ao fazerem uma análise da segunda habitação no Estado do Rio de Janeiro, apontaram alguns fatores que ajudam a compreender a dinâmica desse fenômeno. A segunda residência parte da metrópole para as suas áreas imediatas; outro ponto é “a segunda habitação como estratégia de expansão da demanda do setor imobiliário” (RIBEIRO E COELHO, 2008, p. 303).

Segundo Mascarenhas (2004), a expansão da metrópole desenvolveu novos cenários na urbanização fluminense. A partir de sua análise podemos destacar o eixo da RJ-124 (Via Lagos), correspondendo à Região das Baixadas Litorâneas, destaca-se o município de Cabo Frio que passou por uma verticalização de parte da sua orla, principalmente, nas praias do Forte, Dunas, Conchas e Perú.

Na figura 1 é possível observar a localização das regiões do estado do Rio de Janeiro mencionadas nos parágrafos anteriores.

Figura 1. Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ, 2019

Na figura2 é possível notar a verticalização na paisagem urbana de Cabo Frio na praia do Forte.

Figura 2. Praia do Forte – Cabo Frio-RJ



Fonte: [www.viagenscinematograficas.com.br](http://www.viagenscinematograficas.com.br), Acesso em 28/05/2020.



Ao abordar a temática da segunda residência, um dos motivos que promovem esse fenômeno é a motivação simbólica. O prestígio social em adquirir uma residência de veraneio penetrou na sociedade brasileira; as propagandas de venda desses imóveis exploram esse apelo simbólico para atingir principalmente as camadas com menor poder aquisitivo, mas que tenham condições financeiras de aquisição de outro imóvel (GOMES, 2011).

Além de explorar o imaginário da fuga da metrópole, também existe a ideia de que ao comprar uma habitação de veraneio, sua condição perante a sociedade se elevaria, fazendo pensar que pertenceria a uma classe elitizada (GOMES, 2011).

Após estas breves considerações, vamos tratar neste segmento dos modelos e processos de segunda residência no espaço geográfico.

### **Modelos e processos de segunda residência.**

O fenômeno de segunda residência possui algumas diferenças importantes na formação do espaço geográfico, além de três modalidades turísticas de natureza distinta: turismo propriamente dito, excursionismo e veranista (GOMES, 2011).

Gomes (2011), ao analisar essas três modalidades, argumenta que o turista propriamente dito é aquele visitante que usufrui de toda a rede de infraestrutura que a localidade pode oferecer como hotéis, restaurantes, boates, templos religiosos etc. A estadia não está relacionada a um período específico do ano, podendo ser em qualquer época; diferente do veranista, cujo deslocamento está ligado ao período de férias, finais de semana ou feriados. Por último, temos os excursionistas que procuram o lazer por apenas um dia, essas pessoas não pernoitam no local visitado.

O fenômeno de segunda residência possui uma alta capacidade expansiva das metrópoles, desenvolvendo a urbanização pelo território. Para poder analisar essa dimensão, existem diversos modelos que tentam explicar o fenômeno turístico e sua capacidade de transformação no espaço geográfico. Podemos separar em duas categorias diferentes esses modelos: as que estudam o fenômeno turístico com referência na segunda residência, criando modelos de mobilidade turística, enquanto outros procuram verificar a evolução das residências secundárias, observando o aspecto espacial e temporal (GOMES, 2011).

Através das contribuições de Assis (2003) e Gomes (2011), o artigo segue analisando os três modelos específicos de segunda residência: O modelo sobre a expansão urbana e as residências secundárias de Lundgren (1974 *apud* ASSIS 2003), o modelo de zoneamento de frequência turístico residencial de CLAVAL (1976 *apud* GOMES 2011), e o modelo sobre a implementação de residências secundárias na periferia rural de Paris de BOYER (1980 *apud* GOMES 2011).

a) O modelo sobre a expansão urbana e as residências secundárias de Lundgren (1974).

Seguindo a análise feita por Assis (2003) a expansão da residência secundária acompanha a expansão urbana; esse fenômeno ocorreria em três fases. Na primeira fase o centro urbano de tamanho médio produz uma pequena área de segunda residência, localizando-se em distâncias relativamente próximas da primeira residência, para a utilização nos finais de semana e férias.

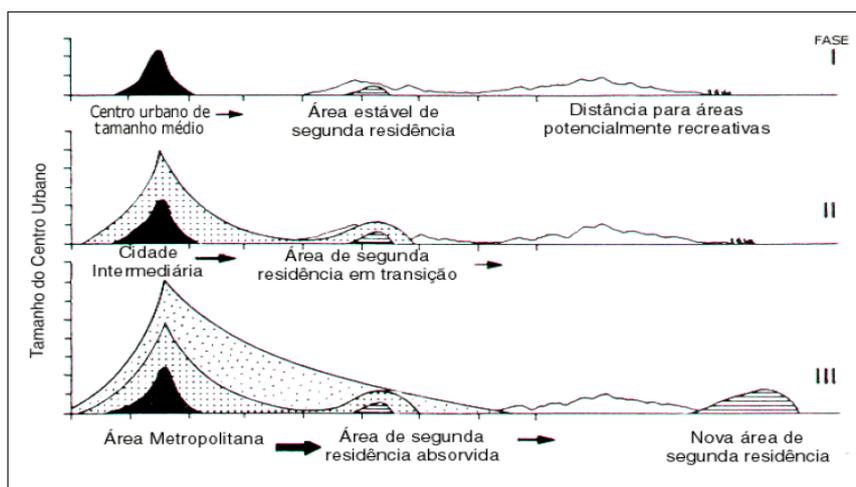
Na segunda fase, o centro urbano se expande e promove uma pressão urbana do núcleo central sobre a área de segunda residência em que gera um aumento da procura das áreas de lazer. Com isso, essas áreas passam por uma forte urbanização turística devido ao aumento da demanda turística.

Na terceira e última fase, as áreas que antes concentravam as segundas residências passam a ser absorvidas pela expansão urbana, tornando a antiga área de segunda residência em primeira. Outras áreas de segunda residência passam a surgir como alternativas à antiga área.

A figura 3, a seguir, representa um modelo de como se desenvolve as fases de expansão urbana e da segunda residência aludidas por Lundgren (1974).

A expansão elaborada neste modelo não está apenas atrelada ao aumento da população, também é gerada pelos aumentos de infraestrutura de transporte, da capacidade da população em adquirir carro próprio e do aumento do tempo livre para o lazer das pessoas, isso aliado à pressão imobiliária para o aumento do valor do solo que aumenta a capacidade de especulação.

Figura 3. Modelo sobre a expansão urbana e as residências secundárias (Lundgren, 1974)



Fonte: Extraído de Assis (2003)

b) O modelo de zoneamento de frequência turístico residencial (Claval, 1976).

Segundo Gomes (2011), Paul Claval, no ano de 1976, cria um modelo de análise sobre a expansão da segunda residência tendo como referência a metrópole de Paris, em que ele utiliza a ideia de “coroas” para

dimensionar o fenômeno turístico, partindo dos grandes centros urbanos considerados como centros emissores, ou seja, locais onde prevalecem as primeiras residências.

A primeira coroa teria uma distância média de 150 km do centro urbano emissor e as residências secundárias teriam uma frequência de uso de seus proprietários maior, devido à proximidade. O período de uso dessas residências seria nas férias, feriados ou finais de semana.

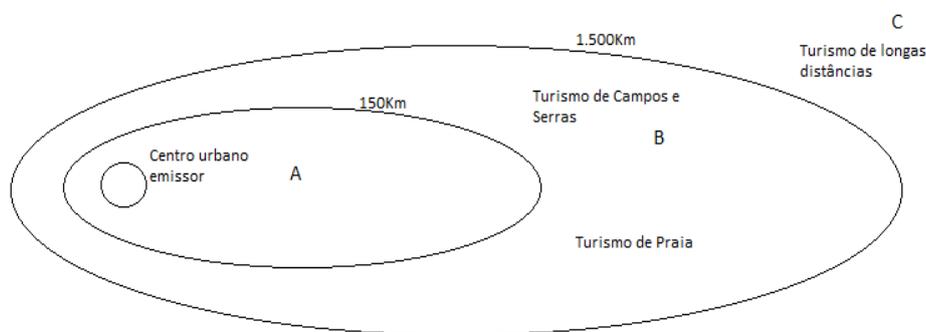
A segunda coroa teria uma distância média maior em relação ao centro urbano emissor, seria de 150 km até 1.500 km. A procura das atividades turísticas nessa categoria estaria ligada a praias, montanhas, pontos históricos etc. A ideia seria procurar paisagens com maior poder de atração no período das férias. Devido a essa distância, a segunda residência divide espaço com outros tipos de alojamentos, como hotéis e pousadas.

A última coroa, a distância média entre a área de segunda residência e o centro urbano emissor seria mais de 1.500 km, podendo ocorrer deslocamento para outros países. Por serem viagens longas, o planejamento de viagem é necessário e o período de visitação corresponde a férias, por causa da distância, raramente encontraríamos segundas residências.

Mas na atualidade isto já se verifica em decorrência da evolução dos sistemas de engenharia (transporte aéreo) e novas tecnologias que facilitaram esses deslocamentos em menos tempo. São extremamente seletivos, incluindo as populações de classes sociais com melhor poder aquisitivo que podem arcar com esses custos.

Na figura a seguir poderemos visualizar através de um esquema, como seria a dinâmica espacial da segunda residência elaborado por Paul Claval.

**Figura 4.** Zoneamento da frequência turística a partir dos grandes centros urbanos (Claval, 1976)



- A: Segundas residências e turismos de finais de semana
- B: Trajeto turístico com permanência em áreas praianas, montanhas e cidades com monumentos históricos
- C: Deslocamento para fora do país, raros casos de segunda residência. Permanência em complexos hoteleiros

Fonte: Adaptado de Gomes, 2011.



Para nos ajudar a concluir, Gomes (2011) nos aponta:

este modelo descreve a implantação da residência secundária comparada com a proliferação de outros meios de alojamentos turísticos. Defende que a maioria das residências secundárias dos habitantes urbanos tende a localizar-se na periferia alargada deste, num raio de 150 km (p. 292).

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde a comunicação e o transporte permitiram uma compressão tempo-espaço, como nos ensina Harvey (2008), podemos perceber uma alteração na terceira coroa do modelo elaborado por Paul Claval em 1976, onde a segunda residência que era rara naquela época, hoje pode se dizer que vem crescendo. Existe um aumento de residências secundárias onde o proprietário possui sua primeira residência em outro país.

De acordo com Limonad (2011), nos últimos anos vêm acontecendo uma grande procura pelas praias do litoral nordestino, vários *resorts* foram construídos ou estão em construção para atender principalmente o público europeu. Muitos destes turistas, entretanto, passaram a adquirir sua segunda residência aqui no Brasil, nas praias nordestinas.

Lado a lado com o desenvolvimento do turismo tem-se uma intensificação da urbanização dispersa, através da proliferação de condomínios e loteamentos horizontais voltados para atender a demanda de segundas residências, casas de veraneio para habitantes das cidades próximas e inclusive para compradores internacionais. Até 2008, segundo depoimentos de corretores imobiliários de empreendimentos imobiliários no litoral norte da Bahia, turistas eventuais foram responsáveis por cerca de 45% das aquisições diretas através de financiamento em instituições bancárias e financeiras de seus países de origem, associados aos empreendimentos imobiliários realizados (LIMONAD, 2011, p.135).

Este estudo feito por Limonad (2011) permite uma nova reflexão sobre a proposta elaborada por Claval (1976), pois, devido ao avanço dos sistemas de transportes, as distâncias apontadas pelo autor como determinantes para a disseminação de segundas residências no território, não se aplicam em sua totalidade no atual contexto da globalização.

c) O modelo de implementação de residências secundárias na periferia rural de Paris de Boyer (1980)

O terceiro modelo, elaborado pelo geógrafo francês Boyer em 1980, tinha como base a expansão da área urbana de Paris e a implantação de segundas residências nas áreas rurais. Aqui o autor está tratando da franja periurbana em Paris, sendo que o urbano adentra pelos espaços rurais tornando-o um híbrido, conjugando atividades rurais (agricultura e pecuária), com atividades urbanas.

O autor também elabora três fases de evolução do fenômeno turístico:

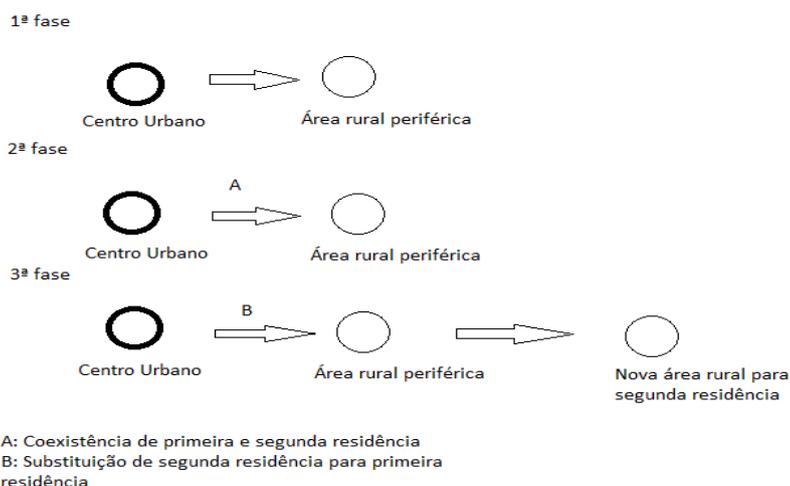
- 1ª fase: alguns moradores da área urbana central compram imóveis nas áreas rurais periféricas e a transforma em segunda residência;

- 2ª fase: com o avanço das segundas residências gera-se uma grande especulação do solo, aumentando o valor dos imóveis. Nesta fase há uma coexistência entre a primeira e segunda residências; e
- 3ª fase: o avanço da urbanização atinge a antiga área periférica rural, ampliando o número de loteamentos; a primeira residência passa a ser maior que a segunda e em consequência, outras passam a ser procuradas para se estabelecer a segunda residência.

Os autores que idealizaram esses modelos, identificam que o crescimento da segunda residência está atrelado à expansão urbana da metrópole para as antigas áreas de turismo. Devido a esse fator, novas áreas acabam surgindo sob diferentes possibilidades de lazer, pois com o aumento da urbanização, diversas infraestruturas também crescem, e as principais são os meios de transporte e comunicação, permitindo que o fenômeno alcance outras dimensões, não ficando restrito ao modelo metropolitano.

A figura 5 apresenta um esboço de como funciona a expansão da segunda residência no modelo idealizado pelo geógrafo Boyer em 1980.

Figura 5. Modelo sobre a implementação de residências secundárias na periferia rural de Paris (Boyer, 1980)



Fonte: Adaptado de Gomes, 2011.

Após essa breve análise de modelos clássicos da dispersão do fenômeno de segunda residência através de Assis (2003) e Gomes (2011), o tópico seguinte aborda a organização espacial do referido fenômeno no território fluminense.



## Uma breve análise do fenômeno de segunda residência no estado do Rio de Janeiro

De acordo Ministério de Turismo (2017), o estado do Rio de Janeiro é o segundo destino de turistas do Brasil, à retaguarda apenas de São Paulo. No biênio 2015-2016, o estado do Rio de Janeiro recebeu 2.856.099 turistas, entre brasileiros e estrangeiros.

De acordo com Ribeiro (2003), as potencialidades turísticas do estado do Rio de Janeiro estão ligadas às bases geográficas no território fluminense. São condicionantes importantes para o turismo os quadros físico ou natural; histórico e econômico e a capacidade de transporte.

Na elaboração de uma tipologia sobre as áreas turísticas do estado do Rio de Janeiro, Ribeiro (2003) aborda os seguintes pontos levados em consideração: a classificação da função turística, segundo o Guia Quatro Rodas (1999); as atrações; e os diferentes tipos de hospedagem. A partir disso, foi elaborada uma tipologia dividida em cinco grandes tipos, além das localidades de apoio. Os grupos são: 1-Litorânea; 2- Histórica/ Rural; 3- Rural/Ecológica/Aventura; 4- Estância/Rural; e 5- Cultura/Rural; 6- Apoio ao Turismo.

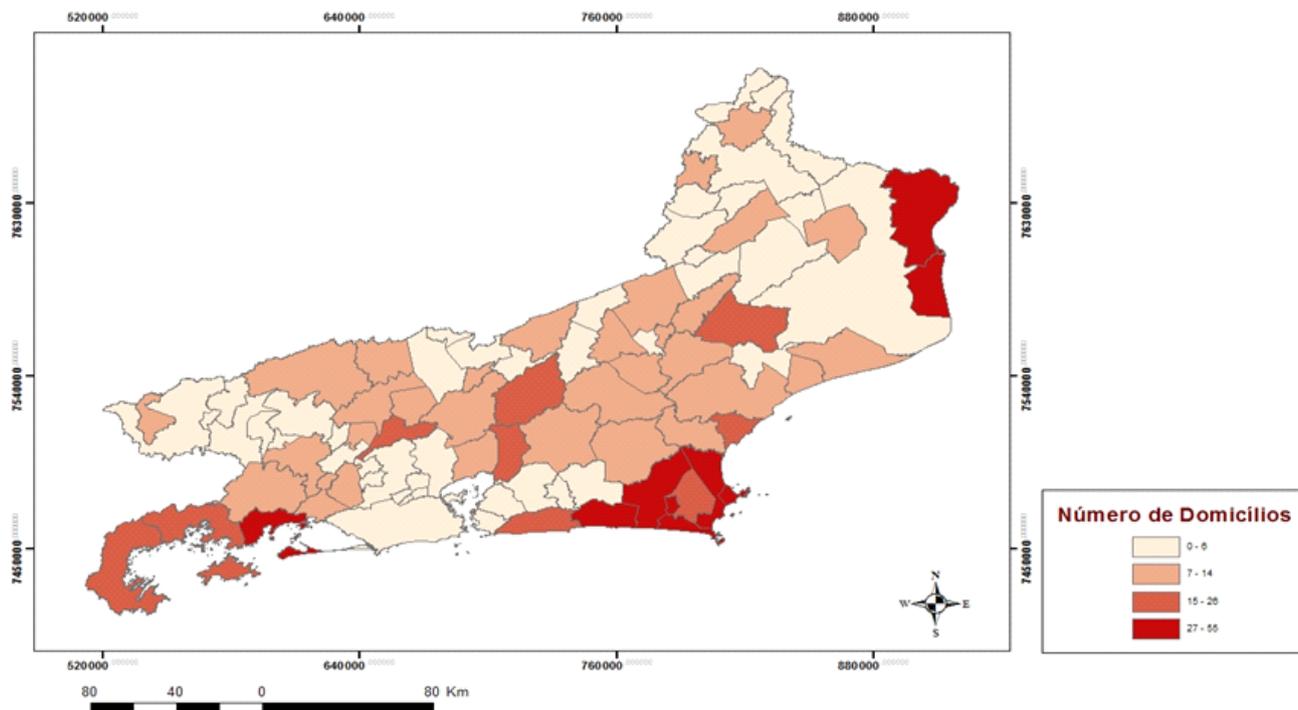
Numa revisão proposta pelo Ministério do Turismo (2019), novas categorias foram estabelecidas para os municípios que possuem potencial turístico, levando em consideração à logística, número de pessoas empregadas em serviços ligados ao turismo e a abrangência espacial do turismo. Nunes e Ribeiro (2020) apontaram através deste estudo que os municípios fluminenses se encaixam, em quase sua totalidade, nas categorias A e D. Somente o município de Sumidouro foi classificado na categoria E.

Entre os municípios fluminenses que se destacam e se enquadram na categoria A do Ministério do Turismo estão: Angra dos Reis; Armação dos Búzios; Cabo Frio; Macaé; Paraty; Petrópolis; Rio de Janeiro (NUNES E RIBEIRO, 2020). No levantamento feito neste artigo, o único município que foi classificado como A e não se destaca como um indutor de segunda residência foi Macaé.

Ao relacionar a possibilidade turística dos municípios fluminenses e a segunda residência, é possível observar uma forte concentração de domicílios de uso ocasional na área litorânea do Rio de Janeiro, como é possível notar no mapa 2, com forte destaque para a Região de Governo da Baixada Litorânea (RIBEIRO E COELHO 2008).

É importante ressaltar a relação do fenômeno de segunda residência com a potencialidade turística do local, mas mantendo a afirmação de que o proprietário de segunda residência não é um turista. Esta relação entre vocação turística e segunda residência, são percebidas quando observamos os números do fenômeno de segunda residência no estado do Rio de Janeiro apontados na figura 6.

Figura 6. Percentual de domicílios de uso ocasional no estado do Rio de Janeiro-2010



Fonte: Censo IBGE, 2010.

É importante mencionar que o município de Cabo Frio, mesmo tendo os maiores números absolutos de domicílios de uso ocasional das Baixadas Litorâneas, não é o maior município em percentual de domicílios de uso ocasional, demonstrado na tabela 1. Isso pode ser explicado pela importância que o município adquiriu nos últimos anos, Cabo Frio é um dos maiores recebedores de *royalties* de petróleo do estado do Rio de Janeiro, segundo dados da própria Agência Nacional do Petróleo (2020).

Na tabela 1 identifica-se o total e percentual de domicílios de uso ocasional de cada município das Baixadas Litorâneas.

Tabela 1. Total de domicílios e percentual de domicílios de uso ocasional dos municípios da Região de Governo Baixadas Litorâneas

Municípios	Total	%
Cabo Frio	34.719	33
Araruama	18.550	31
Saquarema	16.883	38
Rio das Ostras	10.876	20
São Pedro da Aldeia	9.588	23
Arraial do Cabo	8.784	46
Iguaba Grande	8.744	49
Armação dos Búzios	6.642	37
Casimiro de Abreu	1.933	13
Silva Jardim	1.261	13

Fonte: Censo IBGE, 2010.



Ao analisar a tabela 1, podemos identificar a importância da segunda residência na organização territorial em alguns municípios na região. Destacamos Iguaba Grande e Arraial do Cabo, seus índices de domicílios de uso ocasional estão entre os maiores da região, sendo 49% e 46% respectivamente.

É importante destacar outros dois municípios nos quais a segunda residência tem relativa importância, Saquarema e Armação dos Búzios, tendo como percentual de domicílios de uso ocasional, 38% e 37% respectivamente.

Saquarema possui um eixo importante na rede de transporte que é a RJ-106, facilitando o deslocamento de pessoas e mercadorias para o município, e conta como atrativo turístico, suas praias, onde ocorrem campeonatos de surf, além do turismo religioso com o Círio de Nazaré em setembro. Armação dos Búzios transformou-se no destino principal das classes econômicas mais altas do Rio de Janeiro e também é um dos principais destinos de turistas internacionais, sendo os argentinos a principal nacionalidade.

A expansão da urbanização e o desenvolvimento da segunda residência na região das Baixadas Litorâneas se adequam ao módulo apresentado por Lundgren (1974 *apud* ASSIS, 2003). Pois, o crescimento do espaço urbano da metrópole do Rio de Janeiro através de eixos rodoviários (BR-101 E RJ-116), permitiu aos municípios da região o desenvolvimento urbano com forte apelo turístico.

Seguindo para o litoral norte-fluminense, destacam-se dois municípios, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, que atendem principalmente os veranistas de Campos dos Goytacazes, capixabas e mineiros (RIBEIRO E COELHO, 2008).

Na tabela 2 observaremos o total e o percentual de domicílios de uso ocasional nos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

**Tabela 2.** Total de domicílios e percentual de domicílios de uso ocasional dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra

Municípios	Total	%
São Francisco de Itabapoana	25.371	31
São João da Barra	23.618	44

Fonte: Censo IBGE, 2010.

A capacidade financeira da população campista se tornou importante para esses dois municípios. A transformação de Campos dos Goytacazes em principal município receptor de *royalties* do petróleo com a intensificação da exploração de petróleo, fator que permitiu a chegada de trabalhadores com um elevado poder aquisitivo, tornou São João da Barra e São Francisco de Itabapoana os principais destinos de veraneio e lazer (BARRETO, 2008).

Segundo o modelo de Lundgren (1974 *apud* ASSIS, 2003), mas diferente de outras regiões turísticas e de segunda residência do estado do Rio de Janeiro, a expansão da urbanização dos dois municípios destacados



da região Norte Fluminense não está diretamente ligada à metrópole fluminense. Neste caso, o principal centro irradiador da urbanização foi Campos dos Goytacazes, considerado pelo IBGE (2007) como Capital Regional C na Região de Influência do Rio de Janeiro.

Seguindo características semelhantes as mencionadas para as Baixadas Litorâneas, a região da Costa Verde também apresenta como um dos indutores da urbanização com apelo turístico, a expansão da metrópole através de eixos rodoviários. A região se encaixa no modelo apontado por Lundgren (1974 *apud* ASSIS, 2003) no desenvolvimento da segunda residência.

De acordo com Ribeiro e Coelho (2008), a Costa Verde fluminense é um dos mais importantes vetores do fenômeno, com a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) a partir dos anos de 1970, esta região passou a se conectar mais facilmente com a metrópole do Rio de Janeiro, além de ser frequentado também por paulistas.

Este litoral fluminense possui sua formação morfológica diferente da Região dos Lagos, onde encontramos grandes planícies costeiras. O litoral da Região da Costa Verde está muito próximo da encosta da Serra do Mar, portanto isso promove uma dificuldade na expansão urbana dos municípios locais, fazendo com que as vias possuam curvas perigosas e as residências sejam construídas em encostas.

Na tabela 3 observaremos alguns números do fenômeno de segunda residência na Região da Costa Verde.

**Tabela 3.** Total e percentual de domicílios de uso ocasional dos municípios da Região da Costa Verde

Municípios	Total	%
Angra dos Reis	72.056	18
Mangaratiba	31.517	54
Paraty	16.293	18

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Ao observarmos a tabela 3, é possível notar a grande diferença da importância da segunda residência na dinâmica espacial dos municípios. O município de Mangaratiba é vizinho à metrópole do Rio de Janeiro e em uma região onde a morfologia é acidentada, essa proximidade é uma vantagem para atrair proprietários de segunda residência e turistas.

Mangaratiba possui um dos maiores percentuais de domicílios de uso ocasional do Estado do Rio de Janeiro, segundo o IBGE (2011). No Censo Demográfico do IBGE de 2000, o município possuía o maior percentual de domicílios de segunda residência do estado com 56,2% de propriedade de segunda residência.



A principal origem dos proprietários de segunda residência são os dos municípios da baixada fluminense. Considerados “farofeiros” pelos moradores locais, uma menção pejorativa em relação às pessoas que habitam a baixada fluminense, devido às suas condições sociais (RIBEIRO E COELHO, 2008).

Com 72.056 domicílios de uso ocasional, o município de Angra dos Reis é o que possui o maior número absoluto desse tipo de domicílios, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, porém a sua percentagem de segunda residência é baixa em relação ao município de Mangaratiba. Uma parte está relacionada à maior distância da metrópole do Rio de Janeiro ao município, outra análise que podemos mencionar é a construção das usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2.

A Eletronuclear, o projeto de criação de usinas nucleares para a geração de energia no Brasil, foi idealizado pelos governos militares nos anos de 1960, mas somente nos anos de 1970 se iniciou a construção das centrais nucleares. Um dos maiores empreendimentos no período da ditadura militar no Brasil, a construção e operação de Angra 1 e Angra 2 promoveram um deslocamento de pessoas que tornaram Angra dos Reis o local de primeira residência (PENHA E MARALHAS, 2012).

Por último, temos o município de Paraty, que possui grande apelo histórico para o estado e para o Brasil. Foi nele que se estabeleceu o primeiro porto para o escoamento do ouro das Minas Gerais para Portugal.

Segundo Silva (2008), este apelo histórico na construção da paisagem de Paraty, foi visto por um bom tempo pelas autoridades locais como um motivo de decadência econômica. Seu porto perdeu força comercial, primeiramente para o Porto do Rio e depois para o Porto de Itaguaí. As obras de infraestruturas relacionadas às usinas nucleares em Angra dos Reis não trouxeram modificações para o espaço geográfico de Paraty.

Além desses fatores analisados por Silva (2008), podemos mencionar novamente a dificuldade do relevo acidentado pelas encostas da Serra do Mar e a distância da cidade do Rio de Janeiro.

Quando os monumentos históricos ganham força na atratividade turística, há uma revalorização do acervo histórico de Paraty. O município atrai proprietários de segunda residência com alto poder aquisitivo, procurando principalmente as paradisíacas ilhas em seu litoral, principalmente paulistas, que têm maior possibilidade de deslocamento em decorrência da proximidade e maior facilidade de acesso com o Estado de São Paulo, além do elevado poder aquisitivo para manter suas residências (SILVA, 2008).

De acordo com Ribeiro e Coelho (2008), outra região que concentra números significativos de segundas residências é a Região Serrana do Rio de Janeiro, com destaque para os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. Esta região do estado é reconhecida pelas suas condições climáticas, por estar localizada nos vales da Serra do Mar, pelas temperaturas médias dos municípios, que são mais baixas em relação a outras regiões do estado. “Suas atividades tradicionais foram marcadas pelas funções de núcleo de repouso e cura” (p. 311).



De acordo com Marafon (2012), a região Serrana possui uma intensa relação urbano-rural, os municípios que compõe esta região são importantes produtores de hortifrutigranjeiros que abastecem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A expansão urbana se faz mais intensa nos municípios destacados, devido a forte presença de atividades não agrícolas, na qual a segunda residência se encaixa.

Teresópolis, por ser o município fluminense com maior altitude em relação ao nível do mar, 871 metros, suas belezas naturais e o seu clima ameno se tornaram fatores preponderantes no desenvolvimento econômico e social. Devido às paisagens, suas terras foram-se tornando centro do turismo nacional, sendo frequentada constantemente por D. Pedro II e sua esposa, a Imperatriz Teresa Cristina, na qual se hospedavam na casa do Barão Eschagnolle (IBGE, 1959).

Na tabela 4 observaremos o percentual de domicílios de uso ocasional nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

**Tabela 4.** Total e percentual de domicílios de uso ocasional dos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis

Municípios	Total	%
Nova Friburgo	79.179	9
Teresópolis	72.131	16

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Ao comparar os dados da tabela 4 com os Censos Demográficos de 1980 e 2000, existe uma relativa perda do fenômeno de segunda residência nos municípios em tela. De acordo com Ribeiro e Coelho (2008), devemos levar em consideração as melhorias de infraestrutura de transportes, que conectam a cidade do Rio de Janeiro a esses respectivos municípios.

A rodovia que liga o Rio de Janeiro a Teresópolis é a BR-116, a qual também se encontra no mesmo estágio da BR-040, duplicada e privatizada. E por último, o município de Nova Friburgo que se localiza mais distante da metrópole e cujas condições da rodovia em relação às outras, estão em piores condições, a RJ-116 ainda não se encontra duplicada, mesmo sendo privatizada.

Esses dois municípios destacados da região Serrana Fluminense possuem fortes ligações históricas com a metrópole, além de Teresópolis que foi utilizada para veraneio da Família Imperial, Nova Friburgo no século XIX se tornou uma área produtora de café e em 1872, o Barão de Nova Friburgo trouxe, até a região, os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, a fim de escoar a produção em direção ao porto do Rio de Janeiro (IBGE, 1959).

Segundo Ribeiro (2016), na década de 1960 mudanças estruturais permitiu a Nova Friburgo uma nova organização espacial, a ferrovia passou a ser substituída pela rodovia. Com a construção da Ponte Rio-Niterói em 1974, fluxos de turistas e veranistas se tornaram constantes no município em tela.



Neste caso, entende-se que os municípios destacados na região Serrana Fluminense se adequam ao modelo desenvolvido por Lundgren (1974 apud ASSIS, 2003), fator de expansão semelhante apontado nas Baixadas Litorâneas e Costa Verde, o eixo de transporte. No primeiro momento, o ferroviário e depois substituído pelo rodoviário na década de 1960 (RIBEIRO, 2016).

Cumpra mencionar alguns municípios da Região Centro-Sul fluminense, Vassouras, Paty de Alferes e Miguel Pereira, consistem em outro segmento das áreas de serras no estado do Rio de Janeiro.

A tabela 5 demonstra a situação comparativa dos percentuais de domicílios de uso ocasional dos municípios mencionados anteriormente referentes ao Censo de 2010 do IBGE

**Tabela 5.** Percentual de domicílios de uso ocasional dos municípios de Miguel Pereira, Paty de Alferes e Vassouras nos Censos de 2010.

Municípios	Total	%
Miguel Pereira	22.222	18
Paty de Alferes	1.320	12
Vassouras	1.208	8

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Segundo Marafon (2012), com o fim da escravidão e a conseqüentemente a decadência da atividade cafeeira na região, o Médio Vale do Paraíba passou por um processo de refuncionalização de alguns de seus fixos rurais. Algumas propriedades foram destinadas ao turismo rural, mas outras se tornaram segundas residências, no intuito de vivenciar os séculos XVIII e XIX, um importante período histórico na região.

No contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cumpre mencionar alguns municípios de destaque: Guapimirim, Magé, Maricá e Petrópolis. Os quatro possuem um considerável índice de segunda residência, fato que pode ser explicado pela presença de sítios para a função de lazer e veraneio oriundos de outros municípios da Região Metropolitana (RIBEIRO E COELHO, 2008).

O município Guapimirim possui um percentual de 17% de domicílios de uso ocasional no Censo Demográfico de 2000. O município manteve o mesmo percentual no Censo de 2010 do IBGE. O município de Magé, de acordo com o Censo de 2010, possui um percentual de 8% dos domicílios de uso ocasional.

Outro município pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro que é relevante mencionar é Maricá. Com características diferentes dos três municípios analisados anteriormente, Maricá possui como possibilidade turística as suas praias, se aproximando dos municípios da Região dos Lagos (Baixadas Litorâneas).

De acordo com o Censo de 2010, Maricá possui um percentual de 26% de domicílios de uso ocasional. O município possui intenso fluxo com Niterói e São Gonçalo, mas também possui fácil acesso à metrópole fluminense através das rodovias RJ-104 e RJ-106. O município acusou uma diminuição nesse percentual, pois



residentes dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, entre outros, transformaram seus domicílios de uso ocasional em primeira residência, em função da acessibilidade entre esse município ao núcleo metropolitano e à antiga capital fluminense – Niterói.

O município de Petrópolis possui um grande apelo histórico nacional, sendo local da residência de veraneio da Família Real brasileira. Após a Proclamação da República, o município também abrigou a residência de veraneio da presidência.

Com o fim do Império e a transferência da Capital Federal para Brasília, esses palácios se tornaram museus, sendo eles o Museu Imperial e o Palácio Rio Negros. Petrópolis possui outros atrativos como o Museu da Bohemia e a famosa Rua Teresa, destinada à compra de mercadorias de fábrica do setor têxtil, além de seus distritos como Itaipava, entre outros, que possuem grande apelo para visitantes, turistas e proprietários de segunda residência.

Com um número total de 114.396 domicílios de uso ocasional, Petrópolis possui apenas 8% de residências característica de segunda habitação. Fato que pode ser entendido pela sua proximidade com a capital, o município se tornou um receptor de indústrias que saíram da metrópole, dentro da lógica da reestruturação produtiva, e com isso algumas propriedades deixaram de ser segunda residência para se tornarem primeira residência. Segundo Oliveira, Abrantes e Natal (2010) em Petrópolis existe o projeto de Petrópolis-Tecnópolis, que se trata de um grande polo de desenvolvimento de pesquisas, principalmente de software.

É importante fazer breves considerações sobre a cidade do Rio de Janeiro, em números absolutos de domicílios de uso ocasional a capital possui o maior quantitativo de todo o estado (66.793 domicílios), segundo o Censo de 2010 do IBGE. Como o Rio de Janeiro é uma metrópole nacional, segundo o IBGE (2007), o seu percentual acaba sendo baixo, aproximadamente de 2,7% de domicílios destinados a segunda residência

Após essa breve análise sobre o fenômeno de segunda residência no estado do Rio de Janeiro, é possível reiterar que o modelo que ajuda a entender a dinâmica espacial do referido fenômeno é o modelo proposto por Lundgren em 1974, detalhado por Assis (2003). Ainda segundo o autor, a segunda residência se expande para outras regiões, ultrapassando a área metropolitana incorporando antigas áreas de segunda habitação e desenvolvendo outras novas áreas.

### Arremates

No contexto da globalização as metrópoles brasileiras, de acordo com Milton Santos (2012), passaram pelos fenômenos de implosão e explosão, com o Rio de Janeiro não foi diferente. A partir dos anos de 1990



do século XX e sofrendo uma intensificação no início do século XXI, a metrópole fluminense se expandiu para além de seus limites promovendo fortes alterações na dinâmica espacial dos municípios.

O grau de intensidade das mudanças espaciais está em acordo com alguns fatores, como a proximidade com a metrópole, a infraestrutura urbana, a quantidade de habitantes nos municípios, os benefícios fiscais para as empresas etc. Esses e outros fatores possibilitaram a expansão urbana da metrópole.

Observamos que o fenômeno de segunda residência pode ser um dos fatores que vêm contribuindo para a expansão metropolitana fluminense, vimos brevemente alguns casos de municípios do estado do Rio de Janeiro, onde áreas de grandes vocações turísticas se tornaram vetores de crescimento metropolitano fluminense. Os modelos mencionados se tornam um importante referencial teórico para consolidar a compreensão do fenômeno em tela no espaço geográfico.

A urbanização turística analisada por Mascarenhas (2004) em algumas cidades no estado do Rio de Janeiro foi de grande relevância para o entendimento da expansão urbana fluminense. Pois, tanto o turismo como a segunda residência se estabelecem como importantes vetores de urbanização no espaço geográfico atualmente.

Ainda de acordo com Mascarenhas (2004), como parte da consolidação do espaço turístico, é preciso melhorar a qualidade da infraestrutura de transporte, hotelaria e gastronomia e da capacitação de mão de obra que trabalhará para receber esses turistas. E por último, a modernização, cuja atividade turística deve sempre tentar oferecer o mais moderno em infraestrutura para o seu consumidor e, também, na sua própria gestão.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Superintendência de Participações Governamentais – Royalties**. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>. Acesso em: 02/11/2020.
- AMBRÓZIO, Júlio. Viagem, Turismo, Vilegiatura. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 18, pp. 105-113. 2005.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de Segunda Residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano7, nº11, 12, 13, pp. 107-122, 2003.
- BARRETO, Vivian Santoro. Considerações sobre as recentes transformações socioespaciais nos municípios confrontantes com a Baía de Campos. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.) **Revisitando o território fluminense II**, Rio de Janeiro, 2008. 325p. pp. 83-112.
- BORGES, Rodrigo dos Santos. **O mar, o paraíso e a lógica privatista de organização espacial como elementos formadores do turismo classe A no litoral sul fluminense**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens: a Geografia**. Editora Contexto, 2010. 144p.
- CORREA, Luiz Henrique Sadrez. A Segunda residência como indutora da urbanização em áreas litorâneas na contemporaneidade. In: **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, nº 28, pp. 291-307, 2016.



- FONSECA, Maria Aparecida Pontes; LIMA, Renata. Segunda residência: conceito, características e significados. In: FONSECA, Maria Aparecida (org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. RN, Natal, EdUFRN, 2012. p.11-18.
- GOMES, Pedro Henrique Oliveira. Eixos de Urbanização, Expansão Metropolitana e Turismo de Segunda Residência do Rio de Janeiro. In: **Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina**. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011. 336p. p. 285-302.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Editora Loyola, 17ª edição, São Paulo, 2008 352p.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume 22, Rio de Janeiro, 1959. 467p.
- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 2007. 201p.
- IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico: 2010**. Rio de Janeiro, 2011. 242p.
- LIMONAD, Ester. Na Trilha do Sol: urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro. In: **Estado e Capital Imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Editora C/Arte, 2011. 352p. p. 131-148.
- LOBATO, Alessandra Silva. Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA. In: **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 113-135, 2015.
- MARAFON, Glaucio José. Relações Campo-Cidade: Uma leitura a partir do território fluminense. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.) **Revisitando o território fluminense IV**, Rio de Janeiro, 2012. 312p. p.129-140.
- MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. In: **Cadernos Virtuais de Turismo**, vol. 4, nº 4, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico do Turismo**. Brasília, 2017. 379p.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Categorização dos municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, 2019. 7p.
- NUNES, Nathan da Silva; RIBEIRO, Miguel Angelo. A geografia da atividade turística no território fluminense: uma releitura. In: **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, 1-23, 2020.
- OLIVEIRA, Alberto; FILHO, Gilberto Abrantes; NATAL, Jorge. In: SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva; MARAFON, Glaucio Jose e SANTANA, Maria Josefina Gabriel (org.). **Rio de Janeiro: Um olhar socioespacial**. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2010. 392p. p. 39-77.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de; RAMÃO, Felipe de Souza; MASCARENHAS, Gilmar. Urbanização turística e produção do espaço na cidade de Cabo Frio – RJ: um balanço crítico (1997-2018). In: **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 2, pág. 15-28, jan-jun 2020.
- PENHA, Eli Alves; MARALHAS, Rosilane. Política de potência no Brasil e geopolítica energética nuclear. In: PACHECO, Susana Mara Miranda; MACHADO, Mônica Sampaio (org.). **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro, editora 7 Letras, 2012 .254p. p. 52-74.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. “Turismo no estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia”. In: **GEOgraphia**, Niterói, v. 5, n. 10, p. 79-91, 2003.
- RIBEIRO, Miguel Angelo; COELHO, Maria do Socorro Alves. A importância do Fenômeno da Segunda Habitação e suas Implicações com a Atividade de Lazer-veraneio: o exemplo do Estado do Rio de Janeiro. In: **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**. Uberlândia: Assis Editora, 2008. 352p. p. 303-318.
- RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. O papel de Nova Friburgo na rede de localidades centrais fluminense: uma análise comparativa 1966-2007. In: **Geo UERJ**, Rio de Janeiro n. 29, p. 452-472, 2016.
- ROCHA, Antonio Carlos Lessa da. **O fenômeno de segunda residência e a expansão urbana no município de Rio Bonito (RMRJ) na segunda década do século XXI**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2ª edição/ 1ª reimpressão, Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 144p.
- SILVA, Gustavo Junger da. O turismo histórico como vetor de desenvolvimento sócio-econômico em Paraty: estratégias, limitações e reflexos no urbano. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.) **Revisitando o território fluminense II**, Rio de Janeiro, 2008. 325p. p. 263-268.
- TULIK, Olga. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. 1995. 164f. Tese (Livre-Docência) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. 164p.